



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de encerramento do seminário Agenda para o Desenvolvimento
Sustentável da Infra-Estrutura**

Brasília-DF, 08 de junho de 2004

Quando se encerra um encontro, sem que tenhamos participado desse encontro como um todo, nós ficamos preocupados com o que falar, porque não sabemos o que foi falado antes da nossa chegada, já que estive, praticamente, todo o governo aqui, pelo menos uma grande parte dos ministros veio fazer uma discussão com vocês. E essa tem sido, na verdade, uma prática do governo, de não se recusar a participar de nenhum encontro, de nenhum debate em que se discuta os interesses do nosso país.

Eu quero cumprimentar o meu amigo José Augusto Marques, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base,

Quero cumprimentar o meu companheiro Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu companheiro Eunício Oliveira, ministro das Comunicações,

Meu companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Quero cumprimentar os integrantes do conselho diretor da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, Paulo Roberto Godoy, Eduardo José Bernini, Adilson Primo, João Carlos de Luca e Roberto de Azevedo Muller,

Quero cumprimentar meu companheiro Carlos Lessa, presidente do



BNDES,

Quero cumprimentar os representantes dos fundos de pensão, que eu tanto peço para que invistam um pouco mais em coisas novas que nós queremos construir no nosso país,

Meus amigos, minhas amigas,

Empresários e representantes do governo,

Todos que estão aqui sabem o que os últimos anos significaram para a nossa economia. Foi um período de baixo crescimento, em que o nosso parque industrial deixou de se expandir naquela alta intensidade que marcou, praticamente, meio século da nossa história.

Desde o final da Grande Depressão, que afetou profundamente a economia mundial no final dos anos 20 e início dos anos 30, as taxas de investimento no Brasil cresceram de maneira mais ou menos uniforme.

Esse crescimento foi vigoroso nos anos em que o Brasil ousou construir seu grande parque industrial, a partir da instalação da indústria de base. Assim foi com a CSN e a Vale do Rio Doce, nos anos 40, a Petrobrás, nos anos 50, os pólos industriais dos anos 60 e 70.

Quando não há crescimento, os setores industriais que os senhores e as senhoras representam são os primeiros, junto com os trabalhadores, a sofrer as consequências.

Sem a criação de novas fábricas, ou a expansão das existentes, não há encomendas de bens de capital, o que é evidenciado pela queda expressiva da participação dos investimentos em máquinas e equipamentos no PIB.

Durante a década de 70, esses investimentos foram, em média, de 8,4% do PIB, e caíram para 5,4% durante os anos 90.

Da mesma forma, a constante falta de crescimento levou a uma queda nos investimentos na nossa infra-estrutura. Grandes estradas, portos profundos, projetos de energia imponentes, tudo isso são obras antigas e



contam-se nos dedos os projetos realizados nestes últimos anos.

E o que impressiona é que, mesmo assim, os setores de infra-estrutura e da indústria de base conseguiram não só sobreviver, mas até evoluir, como nos casos da siderurgia e da petroquímica, por exemplo.

É essa resistência à adversidade e às más políticas do passado; é essa solidez já construída que não se deixa aniquilar; é essa imensa vontade de produzir, apesar das dificuldades – e as suas empresas dão provas cotidianas de tudo disso – que aumentam, e muito, a minha confiança de que o Brasil só pode dar certo.

O Brasil já voltou a crescer e nós estamos entrando, com o esforço de todos que querem mudar a nossa realidade, num novo ciclo histórico de desenvolvimento sustentado. Os dados da CNI, divulgados hoje, dão conta de um crescimento de 17,92% nas vendas industriais de abril de 2004, comparado a abril de 2003. Nos últimos 12 meses, o crescimento das vendas atingiram 13,6%.

Os senhores e as senhoras sabem muito bem que nós priorizamos o diálogo como método de governo e, por isso mesmo, temos construído estes consensos possíveis para fazer o nosso país superar impasses e caminhar, rapidamente, para a frente. Isso é um pouco do que nós fizemos, hoje, aqui, não apenas participando, mas recebendo as contribuições aprovadas neste seminário da ABDIB. Saibam que o nosso governo dá a maior importância a este seminário e ao papel que as empresas deste setor cumprem e, certamente, vão cumprir ainda mais, no desenvolvimento do Brasil.

Minhas amigas e meus amigos,

A política externa brasileira, neste quase um ano e meio de governo, conseguiu abrir e ampliar mercados para nossos produtos em, praticamente, todo o mundo.

Encontramos novas alternativas comerciais na África, no Oriente Médio, na China, além de termos aumentado a integração com nossos parceiros



tradicionais na América Latina, na América do Sul, na Europa e nos Estados Unidos.

O desempenho da nossa diplomacia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de tantos empresários que acompanharam as missões internacionais deve ser visto como um sucesso e também como um desafio.

Sucesso, porque tem sido vitoriosa a nossa estratégia de aumentar pra valer a balança comercial, com um maior fluxo de vendas, gerando mais divisas para ajudar a financiar o crescimento e diminuir a vulnerabilidade externa do Brasil.

Desafio, porque precisamos aprofundar e levar a bom termo essa oportunidade histórica que todos nós estamos conquistando.

Para isso, não há outro caminho: precisamos investir muito mais em infra-estrutura e indústrias de base. Continuar aumentando cada vez mais as exportações requer que ampliemos nossas estradas, nossos portos e nossas frotas.

Meus amigos e minhas amigas,

Recuperamos a estabilidade econômica e ampliamos mercados, lá fora, para nossos produtos.

Dialogamos com amplos setores da sociedade e encaminhamos ao Congresso Nacional Projetos de Lei sobre as Parcerias Público-Privadas, o setor de energia elétrica, as agências reguladoras. Em breve, entregaremos também o Projeto de Lei que regulamenta o setor de saneamento.

Tais marcos regulatórios são de importância fundamental para os investidores que desejam se aliar aos projetos de longo prazo no Brasil.

Ao mesmo tempo, expandimos nossos investimentos dentro das possibilidades atuais do Estado brasileiro.

Em 2003, fechamos contratos de saneamento no valor total de R\$ 1 bilhão e 700 milhões de reais. Neste ano, o montante deve atingir 2 bilhões e



400 milhões de reais. É mais, em um só ano, do que se fez neste país desde 1995. Em 2002, os investimentos chegaram a apenas 262 milhões de reais.

O que estamos fazendo não beneficia apenas as empresas de saneamento, a indústria de base e a economia do país, vai beneficiar, sobretudo, a saúde e as condições de vida do nosso povo.

Considerando a soma dos investimentos em saneamento, habitação e a retomada das construções de hidrelétricas, a indústria do cimento, hoje muito ociosa, vai precisar expandir, e muito, sua capacidade de produção. Isso é apenas um exemplo de um setor da economia.

Lançamos também o Projeto de Recuperação da Malha Rodoviária, aportando novos recursos, depois de muita briga do ministro Alfredo Nascimento para que nós, além do dinheiro que tínhamos, colocássemos mais 700 milhões de reais, visando recuperar aproximadamente 11 mil de quilômetros de rodovias. E pretendemos, este ano, recuperar definitivamente, aproximadamente sete mil e 800 quilômetros de estradas. E, quem sabe, em alguns anos, recuperaremos todas as estradas brasileiras que estavam, praticamente, abandonadas.

A modernização dos nossos portos e a criação dos corredores multimodais, integrando rodovias, ferrovias e hidrovias, está sendo enfrentada pelo governo, o que em breve possibilitará melhores condições de competitividade à nossa produção agroindustrial, com redução de custos de exportação dos nossos produtos.

O BNDES, toda vez que tem muito dinheiro para emprestar, está apoiando vários projetos da indústria de base. É o caso da expansão da siderúrgica de Tubarão. Ao mesmo tempo, já há entendimentos avançados para desenvolver pólos siderúrgicos no estado do Maranhão, Ceará e Rio de Janeiro. A Açominas também está preparando sua expansão junto com outras empresas siderúrgicas do Brasil.

Nós, numa reunião que tivemos com as entidades representativas do



setor siderúrgico, recebemos as informações do investimento de 7,4 bilhões de dólares nos próximos cinco anos, no nosso país.

Se considerados os projetos em estudo nas regiões Norte e Nordeste do país, o total de investimento na atividade se elevará para 10 bilhões e 400 milhões de dólares.

Todos esses investimentos aumentarão a capacidade instalada em 30%, permitindo que a produção salte de 34 milhões de toneladas de aço ao ano para 44 milhões de toneladas ao ano.

Na área da indústria petroquímica, estamos investindo no projeto Rio Polímeros, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, que deve começar a produzir até o início de 2005.

Utilizando gás como matéria-prima, e não petróleo, esse pólo de produção é um exemplo dos novos rumos nesse ramo da indústria.

O crescimento espetacular da nossa produção graneleira também está motivando a indústria petroquímica, na medida em que faz aumentar a demanda por defensivos e fertilizantes.

A região Centro-Oeste, que já vive um forte desenvolvimento com a agroindústria, já está sendo estudada, com muito carinho, para ser um pólo também da indústria química.

Nossa indústria de bens de capital, que é capaz de exportar turbinas para a maior usina hidrelétrica do mundo, a de Três Gargantas, na China, tem um potencial enorme.

Ela é, ao lado da indústria farmacêutica, de software e de semicondutores, área estratégica da nossa política industrial, anunciada em março pelo Ministério do Desenvolvimento. E vocês sabem que essa já é uma grande diferença: o Brasil voltou a não ter vergonha de dizer que tem política industrial, o que foi proibido durante muitos anos no nosso país.

Isso envolve recursos de mais de 15 bilhões de reais, até 2007, e inclui iniciativas como a isenção do IPI para bens de capital sob encomenda, o que já



está ocorrendo, e a abertura de novas linhas de financiamento.

A Petrobrás aposta também na indústria nacional de bens de capital. Ela já anunciou que, até o ano 2010, irá fazer investimentos de mais de 53 bilhões de dólares. No ano passado, a empresa decidiu que iria contratar, no Brasil, pelo menos 65% do valor de seus investimentos. Com o novo planejamento estratégico, anunciado em abril, esta meta deve ser elevada.

Isto significa que caldeiras, maquinarias, tubulações, plataformas e navios serão construídos no Brasil, por trabalhadores brasileiros. Até 2010, as medidas devem gerar 200 mil novos empregos, diretos e indiretos, no Brasil.

A prova de que nosso planejamento se transforma em ação e já está estimulando a indústria de base é a escolha de um consórcio brasileiro para a construção e a integração da P-51 em três municípios do Rio de Janeiro.

Todos se lembram que essa é uma gigantesca plataforma encomendada pela Petrobrás. Assumi, durante a campanha presidencial, o compromisso de que a indústria nacional teria a preferência na construção desta e de outras plataformas da Petrobrás. Alguns, na época, fizeram críticas dizendo que nós, brasileiros, não teríamos capacidade tecnológica, que os nossos estaleiros não teriam competência para fazer tal obra. Estavam redondamente enganados.

O resultado está aí para todos verem: pela primeira vez na história, uma plataforma desse tipo será construída na América Latina. O casco em aço será construído pela Nuclep, de Itaguaí, e a montagem e a integração da plataforma serão feitas nos estaleiros Brasfels, de Angra dos Reis, e Setal, de Niterói.

Somando outros contratos necessários para a construção da P-51, o valor das compras no Brasil ultrapassará os 744 milhões de dólares. Com isso, serão gerados aproximadamente 4.800 empregos diretos.

Nossa indústria naval também já está retomando suas atividades em outras frentes. Em 2003, estavam sendo construídos no Brasil 19 cascos *offshore*, empregando 50 mil pessoas.

O ritmo continua, este ano: a Transpetro tem interesse de contratar



novos 22 navios, e há sinais de que o setor de navegação de cabotagem fará encomendas. O BNDES já tem estudado com muito carinho, já tem recebido consultas e, certamente, o Lessa meterá a mão no bolso para financiar esse setor tão importante da indústria nacional.

Nosso programa de incentivo às fontes alternativas de energia, o Proinfa, e eu me lembro bem quando a companheira Dilma anunciou, no Palácio do Planalto, o Proinfa, alguns amigos estavam meio desacreditados, e não só foi um sucesso extraordinário, como nós anunciávamos, a contratação de 3.300 megawatts e apareceram compradores para 6.600 megawatts. Nada mais que o dobro daquilo que nos propusemos a contratar inicialmente. São 1.100 pequenas centrais hidrelétricas, 1.100 de biomassa e 1.100 de energia eólica.

Em dois anos e meio, os investimentos serão da ordem de 8 bilhões e 600 milhões de reais, gerando aquilo que nós mais queremos gerar, 150 mil empregos diretos e indiretos.

Também é importante ressaltar os avanços conquistados na área de licenciamento ambiental. Hoje, os métodos aplicados na hora de expedir as licenças para a construção de grandes obras de infra-estrutura, como represas ou rodovias, são muito mais racionais.

Estamos mudando a legislação e aumentando significativamente o corpo de técnicos do Ibama para impedir que volte a acontecer no Brasil o que acontecia até há pouco tempo: o Estado liberava uma concessão a uma empresa e depois ele mesmo negava a licença ambiental para a obra.

Este é um exemplo muito concreto de eficiência administrativa, de racionalidade, de como podemos, com diálogo, mas com firmeza, evitar prejuízos absurdos, tanto para os investidores quanto para o meio ambiente.

Muita gente se queixa do Ibama, mas o que as pessoas não podem se esquecer, nunca, é que o Ibama cumpre a legislação existente. E essa legislação não é de hoje, ela já tem alguns anos. Portanto, nós queremos, e



sabe a companheira Dilma, sabe o ministro dos Transportes, o ministro Ciro Gomes, o ministro das Cidades, a ministra do Meio Ambiente, o Ibama, o Ministério Público, que nós faremos tantas quantas mesas redondas forem necessárias para que a gente possa evitar que, muitas vezes, o Ibama estadual dê uma licença e o federal não dê; ou, o federal dê a licença, o Ministério Público entre com uma ação e embargue a obra. Cada ministro tem uma relação de todas as pendências e nós esperamos, numa mesa de negociação, resolver todos esses problemas o mais rápido possível, porque o Brasil não pode esperar.

Se nós continuarmos a crescer do jeito que estamos crescendo no nosso mercado externo, nós não teremos como exportar tudo que estamos sendo capazes de produzir, porque nós precisamos investir nos nossos portos, nas nossas ferrovias, nas nossas rodovias. E isso, vocês sabem que precisa de um tempo extraordinário. Por isso criamos uma espécie de palavra mágica chamada “transversalidade”, ou seja, o envolvimento de todos os ministros e de todos os setores envolvidos num projeto para que, simultaneamente, e concomitantemente, quando a gente tiver o projeto pronto, a gente já tenha o licenciamento prévio e outras obrigações do governo mais ou menos resolvidas.

Nós não faremos o que, habitualmente, se faz neste país: um político, para não dizer “não” a um empresário ou investidor, promete a ele que vai ver tal projeto de uma hidrelétrica, tal projeto de uma estrada, tal projeto de uma ferrovia.

Depois que tomei posse, encontrei empresários com projetos parados há 14 anos, quando o governo sabia que era muito mais fácil ter dito, no primeiro ano, que aquela obra não poderia ser concluída, porque não cumpria nenhuma exigência legal, porque o lugar em que ela ia ser feita não permitia. É mais fácil dizer: “não, volta amanhã, estamos estudando, estamos pensando.” E isso vai sendo empurrado com a barriga, quando o papel do governo é dizer “sim” ou



“não” o mais rápido possível, até porque quem perde não é o governo, quem perde é a sociedade brasileira e o Brasil.

Por isso, eu quero terminar dizendo a vocês que tenham certeza de que todas as propostas e contribuições da ABDIB, que vocês aqui tão bem discutiram e apresentaram, serão seriamente consideradas pelo nosso governo. Os senhores pensam e agem com grandeza. É disso que o Brasil precisa. Nós estamos juntos nesta empreitada histórica de fazer com que o Brasil não fique como um marca-passo, ou seja, cresce em um ano, diminui no outro ano; investe em um ano, não investe no outro ano; nós precisamos não apenas de crescimento sustentável, mas de investimento sustentável. É preciso que todos os brasileiros e brasileiras comecem a acordar cedo neste país, tendo consciência do que vai acontecer a cada mês e a cada ano no Brasil.

Eu estou convencido que não há, neste momento histórico do Brasil, nenhum momento para nenhum empresário e para ninguém do governo duvidar do que pode acontecer no nosso país. Ninguém, em primeiro lugar, já teve qualquer recusa do governo para conversar sobre qualquer assunto. E quero, aqui, fazer justiça. O governo também nunca teve, todas as vezes que tentou fazer contato com os empresários ou reuniões, nenhuma recusa dos empresários em discutir todo e qualquer assunto.

O que vocês desejam é o que nós desejamos. Vocês querem regras claras, nós também queremos regras claras. Por quê? Porque este país, durante alguns anos, foi visto pela opinião pública como um país que privilegiava os cemitérios de obras que começavam e nunca terminavam. Quem viaja o Brasil, cansou de ver estradas começadas e não acabadas, ferrovias começadas e não acabadas, hidrelétricas começadas e não acabadas, máquinas paralisadas em estradas por vários e vários anos, numa total irresponsabilidade. O governo fingia que pagava, vocês fingiam que faziam, todo mundo enganava todo mundo e as coisas não aconteciam. Por



isso, as regras têm que ser claras. Ao assinar um contrato, todo mundo tem que saber o que vai acontecer no primeiro dia, no meio do contrato e no final do contrato. Com essa certeza, estaremos convencendo vocês a fazer os investimentos. E com essa clareza, vocês terão a certeza que o governo não vai brincar de contratar. O governo vai levar a sério, não apenas o seu contrato, mas a execução desse contrato, porque nós não podemos mais ficar apenas fazendo obras em época de eleição.

O Brasil depende de vocês, o Brasil depende do otimismo que nós conseguirmos passar durante todo o nosso dia, durante todo o ano para o povo brasileiro, e eu não tenho dúvida nenhuma de que vocês serão parte contribuinte deste país extraordinário que, na minha opinião, não pode perder mais essa chance excepcional que se apresenta à nossa frente. Nós estamos pensando não apenas no Brasil, nós estamos pensando em outros países vizinhos que, com um pouco também de infra-estrutura, podem dar um salto de qualidade e voltar a ser países muito mais parceiros do Brasil do que eles foram até hoje.

É com essa, não mania de grandeza, é com essa certeza de que o Brasil não tem volta e que o Brasil vai em frente, que eu quero me despedir, dizendo que conto com vocês para que a gente realize o sonho de vocês, o sonho do governo e o sonho do povo brasileiro.

Muito obrigado e boa sorte.

rss/vpm